

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE ESTUDOS DA AMÉRICA LATINA E CARIBE

BOLSISTA: ANDRÉ LUIZ BRITO SILVA FERREIRA (BOLSISTA EIC)

LINHA DE PESQUISA: PROCESSOS POLÍTICOS NA AMÉRICA LATINA CONTEMPORÂNEA

PERÍODO DA COLETA: 01/08/2023 até 31/08/2023

DATA DA NOTÍCIA: 01/08/2023

Título: Ex-Abin confirma que Gonçalves Dias recebeu alertas sobre atos de 8/1 pelo WhatsApp

Fonte pesquisada: <https://www.metropoles.com/>

Link da notícia:

<https://www.metropoles.com/brasil/ex-abin-confirma-que-goncalves-dias-recebeu-alertas-pelo-whatsapp>

Em depoimento nesta terça-feira (1º/8) à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) que investiga os atos antidemocráticos de 8 de janeiro, o ex-diretor adjunto da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Saulo Moura da Cunha afirmou que o general da reserva Marco Edson Gonçalves Dias, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), foi alertado no WhatsApp sobre os possíveis ataques antidemocráticos em Brasília. Segundo o ex-diretor, que estava à frente da pasta quando os atos ocorreram, o general recebeu os alertas por meio de uma planilha.

“[Eu] Fiz os dois relatórios. O primeiro numa planilha que continha os alertas encaminhados pela Abin a grupos e continha também os alertas encaminhados por mim pessoalmente, do meu telefone, ao ministro-chefe do GSI [GDias]. Entreguei essa planilha ao ministro, e ele determinou que fosse retirado o nome dele dali, porque não era o destinatário oficial daquelas mensagens. Que ali fosse mantido apenas as mensagens encaminhadas para os grupos de WhatsApp. Ele determinou que fosse feito, eu obedeci a ordem”, disse Saulo a deputados e senadores.

“Não houve da minha parte interesse em esconder informação, tanto que apresentei ao ministro. Cabe ao ministro decidir se encaminha ou não aquela informação. Da parte da Abin, não houve nenhuma iniciativa em esconder que o ministro recebeu informações. E ele recebeu essas informações de mim”, reafirmou o ex-diretor da Abin.

As mudanças nos documentos resultaram em dois relatórios com diferentes destinatários: um com o nome de Gonçalves Dias e outro sem o nome do general.

Cunha acabou exonerado do cargo da diretoria da Abin em março e, em abril, foi escolhido pelo presidente Lula para chefiar a assessoria especial de Planejamento e Assuntos Estratégicos do GSI. Ele assumiu as funções no GSI em 13 de abril. No dia 19, uma semana depois, foram divulgadas imagens do então ministro-chefe do GSI, Gonçalves Dias, dentro do Palácio do Planalto durante a invasão de 8/1.

A convocação à CPI foi pedida por quatro parlamentares da oposição: senador Magno Malta (PL-ES), deputado Nikolas Ferreira (PL-MG), deputado Marco Feliciano (PL-RJ) e deputado Delegado Ramagem (PL-RJ), sob a justificativa de que ele era diretor adjunto da Abin no dia dos atos antidemocráticos.

DATA DA NOTÍCIA: 02/08/2023

Título: Carla Zambelli é alvo de operação de busca e apreensão; PF prende hacker

Fonte pesquisada: <https://www.redebrasilatual.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/carla-zambelli-e-alvo-de-operacao-de-busca-e-apreensao-pf-prende-hacker/>

A deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) foi alvo de operação da Polícia Federal (PF) na manhã desta quarta-feira (2). Os agentes estiveram no apartamento funcional da parlamentar e em seu gabinete, em Brasília. A ação inclui ainda a prisão de Walter Delgatti Neto, conhecido como “hacker de Araraquara” e outros três mandados de busca e apreensão (três no Distrito Federal e dois em São Paulo).

A operação tem como objetivo esclarecer depoimento de Delgatti à PF, em que revelou ter invadido o Banco Nacional de Monitoramento de Prisões, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) a mando de Carla Zambelli.

Na invasão cibernética entre os dias 4 e 6 de janeiro, o hacker teria inserido documentos e alvarás de soltura falsos. Entre eles, um mandado de prisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) e outros 11 alvarás de soltura, igualmente falso, de presos por diversos motivos.

Para as inserções fraudulentas, foram utilizadas credenciais falsas, obtidas de forma ilegal. Isso permitiu acesso remoto dos sistemas. Por isso os fatos investigados configurariam, em tese, crimes de invasão de dispositivo informático e falsidade ideológica.

Segundo o jornalista Joaquim de Carvalho, do Brasil 247, Delgatti Neto teria afirmado à PF que teria se reunido com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). E que no encontro o então mandatário havia lhe pedido para invadir as urnas eletrônicas, e assim provar que eram falhas. Além disso, teria tido uma outra conversa entre ambos, dessa vez por meio de “celular novo, tirado da caixa”, durante encontro com Carla Zambelli em um restaurante na rodovia dos Bandeirantes, em São Paulo. O hacker, no entanto, não conseguiu cumprir a missão.

Bolsonaro teria pedido também para Delgatti assumir uma gravação clandestina, que ele teria do ministro Alexandre de Moraes. A suposta gravação faria parte de um eventual plano

envolvendo o senador afastado Marcos do Val (Podemos-DF) e o ex-deputado Daniel Silveira.

Delgatti também teria dito que recebeu em sua conta depósitos feitos por assessores de Carla Zambelli. Isso poderia comprovar o vínculo entre os dois. Mas haveria ainda um montante pago em dinheiro vivo.

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, comentou a operação nas redes sociais. "Em prosseguimento às ações em defesa da Constituição e da ordem jurídica, a Polícia Federal está cumprindo mandados judiciais relativos a invasões ou tentativas de invasões de sistemas informatizados do Poder Judiciário da União, no contexto dos ataques às instituições"

DATA DA NOTÍCIA: 02/08/2023

Título: Venezuela fez proposta para entrar no Brics, diz Maduro durante programa na TV estatal

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/02/venezuela-fez-proposta-para-entrar-no-brics-diz-maduro-durante-programa-na-tv-estatal>

O presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, afirmou que o país fez uma proposta para entrar no Brics, grupo formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.

Durante seu programa de televisão semanal "Con Maduro Más", exibido nesta segunda-feira (31) pela emissora estatal, o presidente comentava a expansão do bloco defendida pela China quando disse que Caracas havia feito "sua proposta".

"Agora que o Brics está propondo uma ampliação, dando participação a novos países, a Venezuela fez sua proposta de entrada no Brics. Esperamos que seja avaliada positivamente por China, Brasil, Índia, África do Sul e Rússia e esperamos uma resposta positiva para que a Venezuela, mais cedo do que tarde, entre na dinâmica dos Brics para aprender, apoiar e ajudar", disse.

O mandatário ainda elogiou o papel do bloco e afirmou que "o papel do Brics é muito importante na construção de um mundo novo, é a força dinamizadora do surgimento do mundo multipolar".

Apesar das declarações de Maduro, não ficou claro se o país fez uma solicitação formal de ingresso ao bloco. Isso porque nem a Presidência nem a Chancelaria venezuelana se pronunciaram sobre o tema. O Brics e seus membros também não confirmaram o pedido venezuelano.

Mesmo com um pedido formal ou apenas com uma manifestação de interesse, há uma longa fila de espera para ingressar no bloco. Em julho, o principal diplomata sul-africano para as relações do país com o Brics, Anil Sooklal, confirmou que mais de 40 países manifestaram interesse pela adesão.

Segundo ele, 22 nações fizeram solicitações formais e "um número igual de países manifestaram informalmente interesse em se tornar membros do Brics".

Em junho, em entrevista ao Brasil de Fato, o economista Paulo Nogueira Batista Jr, ex-vice-presidente do Banco do Brics, disse que a entrada de novos países como a Venezuela seria um processo "difícil e demorado", o que faria com que fosse mais vantajoso para Caracas se concentrar em voltar para blocos regionais como a Unasul e o Mercosul.

Essa não é a primeira vez que Maduro pede para ingressar no bloco. Em maio, quando visitou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Brasília, o venezuelano disse que tinha interesse em levar o país ao Brics para "acompanhar a construção da arquitetura desse novo mundo que está nascendo".

Lula se mostrou favorável, mas disse que a proposta deveria ser discutida com os outros membros na próxima reunião que deve ocorrer entre os dias 22 e 24 de agosto, em Joanesburgo, na África do Sul.

A adesão de novos membros deve ser um dos principais temas a ser discutido na cúpula. Rússia e China vêm defendendo publicamente a proposta de ampliação do bloco, que possui diversos interessados como Argentina, Irã, Cuba, Arábia Saudita, Egito, Indonésia e outros.

No caso venezuelano, a possibilidade de entrada no bloco marcaria mais um passo na nova fase diplomática que o país vive desde o final do ano passado, quando voltou a ter presença em cúpulas multilaterais, após anos de isolamento imposto pelos EUA e aliados.

O plano dos EUA de "pressão máxima" para tentar derrubar o governo de Nicolás Maduro e reconhecer o "governo interino" do ex-deputado Juan Guaidó retirou o país de fóruns internacionais e isolou Caracas na América do Sul. Fracassado a estratégia de Donald Trump e após o retorno de governos progressistas na região, a Venezuela pôde voltar a espaços diplomáticos e reabrir diálogos com países vizinhos.

A ida de Maduro à COP 27, no Egito, em novembro do ano passado, a participação do presidente na reunião dos países sul-americanos, em Brasília, e a presença da vice-presidente, Delcy Rodríguez, na cúpula da Celac, em Bruxelas, são missões oficiais consideradas por Caracas como vitórias diplomáticas.

Além disso, há um interesse econômico do país em se tornar parte do Brics. Acesso a novos mercados, parceiros comerciais, possibilidades de crédito e escapar da esfera do dólar são algumas vantagens que a Venezuela encontraria, principalmente para diminuir os efeitos das sanções impostas pelos EUA e pela União Europeia, que limitam ostensivamente o comércio exterior venezuelano.

DATA DA NOTÍCIA: 02/08/2023

Título: MP da Guatemala move 13 processos contra órgão eleitoral e tenta travar segundo turno

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/82078/mp-da-guatemala-move-13-processos-contr-orgao-eleitoral-e-tenta-travar-segundo-turno>

Em entrevista para meios locais nesta terça-feira (01/08), a presidente do Tribunal Supremo Eleitoral da Guatemala (TSE), a juíza Irma Palencia, reclamou que o organismo vem sofrendo com uma postura "intimidatória" por parte do Ministério Público, devido a 13

diferentes investigações iniciadas nas últimas semanas, justamente quando se desenvolve a campanha pelo segundo turno das eleições presidenciais no país.

Segundo a magistrada, os processos impulsionados pelo Ministério Público revelam uma “força desproporcionada, intimidatória e excessiva” contra a instituição que ela comanda.

“Estamos muito preocupados, porque o TSE temos que lidar com uma grande logística, que coordena mais de meio milhão de pessoas, e ter que lidar com essa quantidade de casos justamente em meio a uma reta final de campanha interrompe as nossas atividades, que por si só são altamente exigentes”, lamentou Palencia.

Perguntada sobre a possibilidade de haver interesses políticos por trás desses processos todos, a juíza disse que “seria muito irresponsável da minha parte falar sobre algo que não conheço, mas que isso atrapalha o evento eleitoral, é claro que atrapalha”.

O segundo turno das eleições na Guatemala está marcado para o dia 20 de agosto. Caso as pressões contra o órgão eleitoral não alterem o cenário atual, a disputa será entre duas candidaturas de centro-esquerda: a de Sandra Torres, do partido Unidade Nacional pela Esperança (UNE), partido mais identificado com o trabalhismo e os movimentos sindicais, que obteve 21,1% dos votos no primeiro turno, em 25 de junho, e Bernardo Arévalo, do Movimento Semente, legenda de discurso mais ambientalista, que alcançou 15,5% das preferências.

Antes dos processos contra o TSE, o segundo turno eleitoral foi questionado na Corte Constitucional e na Corte Suprema de Justiça (CSJ), em ações movidas por diferentes partidos de direita, mas principalmente pelo Vamos, legenda liderada pelo atual presidente da Guatemala, Alejandro Giammattei, e cujo candidato, Manuel Conde, ficou em terceiro lugar no primeiro turno, com 10,4% dos votos.

Algumas dessas ações movidas pelo Vamos visaram desqualificar o Movimento Semente. Caso o partido ambientalista tenha sua candidatura cassada, Conde tomaria o seu lugar na disputa do segundo turno.

DATA DA NOTÍCIA: 02/08/2023

Título: Mobilização de povos nativos chega a Buenos Aires em protesto contra a reforma constitucional

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/03/mobilizacao-de-povos-nativos-chega-a-buenos-aires-em-protesto-contr-a-reforma-constitucional>

Coincidindo com as festividades do Dia da Pachamama, celebração ancestral dos povos andinos da América do Sul, uma caravana de manifestantes composta por quase mil representantes de povos originários do norte da Argentina chegou à cidade de Buenos Aires na terça-feira, 1º de agosto.

Trata-se do Terceiro Malón da Paz. Apoiada por várias organizações sociais, a manifestação partiu em 25 de julho de La Quiaca, cidade no norte de Jujuy que faz fronteira com a Bolívia, e viajou quase dois mil quilômetros para chegar à Buenos Aires.

A intenção do Terceiro Malón de la Paz é denunciar ações contrárias aos direitos indígenas que o povo de Jujuy vem sofrendo há quase dois meses. Da mesma forma, os povos originários estão exigindo a defesa de seus territórios e recursos naturais.

As colunas percorreram as províncias de Jujuy, Salta, Tucumán, Catamarca, Santiago del Estero, Córdoba, Santa Fé e Buenos Aires, realizando assembleias com povos nativos e movimentos sociais para discutir os problemas que estão enfrentando e decidir em conjunto o plano de luta a ser seguido. Na cidade de Buenos Aires, eles montaram um acampamento em frente à Suprema Corte de Justiça, exigindo que o Judiciário atenda às suas demandas.

"As principais demandas do Terceiro Malón de la Paz são o cancelamento da reforma constitucional feita na província de Jujuy e o pedido de intervenção nacional na província, já que a reforma viola todos os direitos das comunidades", disse Sara Choquevilca ao Brasil de Fato.

Choquevilca é integrante da comunidade indígena de Chalala Purmamarca e do grupo Autoconvocados de Purmamarca. O espaço surgiu em 2018 na cidade de Purmamarca para defender a água e os bens comuns da região contra vários projetos extrativistas na região. Quando as mobilizações eclodiram em Jujuy, em meados de junho, o grupo assumiu um papel importante na organização dos vizinhos da região. Hoje, ela faz parte dos que viajaram para Buenos Aires no Malón de la Paz.

"A ideia do acampamento é pressionar nossos representantes nacionais para dar visibilidade às nossas demandas. Queremos que as pessoas percebam a grave situação política e as violações de direitos humanos que estamos sofrendo", acrescenta.

O nome Terceiro Malón de la Paz (Terceiro Malón da Paz) refere-se a duas marchas anteriores que os povos indígenas do noroeste da Argentina realizaram na capital, Buenos Aires. A primeira foi em 1946, durante a presidência de Juan Domingo Perón. Sessenta anos depois, em 2006, o segundo Malón de la Paz foi realizado durante a presidência de Néstor Kirchner. Em ambos os casos, a mobilização exigiu o respeito à soberania dos povos indígenas sobre seus territórios.

O termo Malón de la Paz é uma apropriação positiva pelos povos indígenas das formas depreciativas com as quais as classes dominantes se dirigiam a eles. Malón é uma palavra espanhola da área do Rio da Prata que derivada de "Malok", que no idioma mapudungun significa "invasão". A ideia da "invasão dos índios à civilização" é uma noção muito presente na literatura argentina, uma forma depreciativa com que a oligarquia se referia ao retorno dos povos originais às suas terras.

"Vale a pena observar que, de 1946 até agora, a demanda permaneceu a mesma: a entrega efetiva dos territórios comunais. Isso significa que os títulos comunitários são entregues a nós", reflete Sara Choquevilca.

A chegada do Terceiro Malón de la Paz a Buenos Aires ocorre quando a província de Jujuy passa por uma crise profunda e grandes mobilizações populares há quase dois meses. Ao mesmo tempo, várias organizações de direitos humanos têm denunciado as ações repressivas do governo da província.

As eleições regionais ocorreram em Jujuy em 7 de maio. Foram eleitos governadores, legisladores e prefeitos. Mas, além disso, nesse pleito, foram escolhidos candidatos para reformar a constituição provincial.

Com um comparecimento de 74% (10% a menos do que nas eleições anteriores), o partido governista do governador Gerardo Morales obteve 49,5% dos votos. Em segundo lugar, o

Partido Justicialista (Peronismo) obteve 22,43%. Em terceiro lugar, ficaram as forças de esquerda reunidas na Frente de Izquierda y Los Trabajadores (FIT).

Os resultados permitiram que Morales, que pertence à oposição de direita reunida no Juntos por el Cambio (Juntos por el Cambio) no âmbito nacional, terminasse dois mandatos consecutivos com uma grande maioria eleitoral.

Ele foi eleito candidato a vice-presidente na chapa encabeçada por Horacio Rodríguez Larreta para concorrer à presidência nacional. O perfil repressivo e duro que Morales cultivou durante seus anos de governo acrescentou à chapa a ideia de uma direita "capaz de enfrentar a resistência social".

Os membros da Assembleia Constituinte tomaram posse em 23 de maio e, menos de um mês depois, em 16 de junho, aprovaram a reforma constitucional. Não houve informação prévia para a população de que a votação estava sendo realizada, nem o debate foi publicado na mídia. A aprovação da nova constituição foi feita pelos constituintes do partido governista de Morales e do Partido Justicialista da oposição. Os constituintes da esquerda se retiraram da votação, denunciando o pacto entre as duas forças.

"Para entender o que está acontecendo em Jujuy, a primeira coisa a entender é que o governador Morales introduziu uma série de modificações no judiciário, o que significa que ele controla todo o poder público na província", diz Manuel Tufro, diretor da área de Violência e Segurança do Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS) para o Brasil de Fato.

"Nessa nova constituição, há um artigo muito importante que o governo da província diz ser um novo direito, mas que é mentira. Ele diz que 'o direito à paz deve ser garantido'. No entanto, o que eles estão fazendo é limitar o direito de protestar. Nós, como organização de direitos humanos, juntamente com outras organizações, temos denunciado que isso vai contra a constituição nacional e os tratados internacionais dos quais a Argentina é signatária, que garantem o direito ao protesto social", acrescenta Manuel Tufro.

Além disso, os povos indígenas alegam que a reforma permite que o estado provincial faça uso das terras que lhes pertencem para vários projetos extrativistas, como a mineração de lítio. E exigem que o direito à propriedade comunal que esses povos têm sobre suas terras seja respeitado.

"A província está passando por um conflito sobre os salários dos professores há meses. Somos os professores mais mal pagos de todo o país, com um salário que equivale a 1/3 da cesta básica", disse Claudia Pinela, da diretoria do sindicato dos professores do ensino médio, ao Brasil de Fato.

"A primeira mobilização dos professores foi em 5 de junho. Esse foi o ponto de partida dos protestos. Naquela época, o governo não havia dado nenhuma informação sobre a reforma constitucional. No entanto, pouco a pouco, ficamos sabendo que a reforma visava a sufocar o direito de protestar. Durante todo o seu governo, Morales governou com mão de ferro limitando o direito de manifestação. Por isso, durante a greve dos professores, começou a surgir o slogan "Aumentem os salários, baixem as reformas". Esse slogan se espalhou por diferentes setores que simpatizavam com a luta dos professores", acrescenta Claudia.

Finalmente, em meio a esse clima de conflito social, em 16 de junho, em uma sessão fechada e sem discussão prévia com a população, o governo provincial e a oposição peronista chegaram a um acordo e aprovaram a reforma constitucional. As mobilizações contra a mudança não debatida se multiplicaram e o governo respondeu com uma dura repressão, resultando em duas pessoas que perderam os olhos e centenas de presos e feridos.

"A ordem do governo era semear o medo. Eles ordenaram que os hospitais não tratassem as pessoas que chegassem feridas por balas da repressão. Também começaram a prender pessoas em vans sem identificação, sem qualquer identificação. Começaram a entrar nas casas das pessoas e a levá-las embora", lembra Claudia.

As práticas repressivas na província desde então foram tantas que várias organizações de direitos humanos começaram a denunciar a situação. O Escritório de Direitos Humanos da ONU expressou sua preocupação e o representante na América do Sul do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Jan Jarab, fez um apelo urgente para que a repressão fosse interrompida.

"Atualmente, há mais de 150 pessoas acusadas de delitos criminais e mais de 100 outras que receberam contravenções com multas de milhões de dólares. O crime dessas pessoas foi participar dos protestos", acrescenta Claudia Pinela.

As mobilizações continuaram. Várias greves de trabalhadores, bloqueios de estradas e mobilizações ocorreram desde então. Nesse contexto, os povos nativos se reuniram no Terceiro Malon de la Paz e decidiram se mobilizar de Jujuy para Buenos Aires, o centro do poder político na Argentina.

DATA DA NOTÍCIA: 03/08/2023

Título: Cristiano Zanin toma posse como novo ministro do Supremo Tribunal Federal

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/03/stf-inicia-cerimonia-de-posse-do-ministro-cristiano-zanin.ghtml>

O ministro Cristiano Zanin tomou posse nesta quinta-feira (3) como novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) em cerimônia na Corte. Indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ele vai ocupar a cadeira deixada pelo ministro Ricardo Lewandowski, que se aposentou em abril.

A cerimônia foi presidida pela ministra Rosa Weber, com a presença de Lula, dos presidentes da Câmara e do Senado, Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), de representantes da Ordem dos Advogados do Brasil, da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral da República.

Zanin fez o juramento de cumprir a Constituição. Após a leitura pelo diretor-geral do STF, o termo de posse foi assinado, e o novo ministro, declarado empossado pela presidente do tribunal.

O novo ministro vai assumir um acervo de 520 processos – um dos menores dos gabinetes da Corte. As ações e os recursos que inicialmente vão ficar sob a relatoria do ministro serão herdados de Lewandowski.

Uma vez assumindo o cargo, Zanin passará a fazer parte da distribuição dos processos que chegarem ao tribunal. Pode assumir os casos por sorteio ou pela chamada prevenção – se tiver, em seu gabinete, ação ou recurso que trate de tema semelhante ao novo processo.

Aos 47 anos, considerando as atuais regras para aposentadoria no STF, Zanin permanecerá por 28 anos no STF — até completar 75 anos.

Após tomar posse, o novo ministro vai assumir a relatoria de ações com repercussões sociais e econômicas. A maioria dos processos trata de temas de Direito Administrativo e Direito Público, além de casos tributários.

O novo ministro do Supremo também poderá atuar quando o STF voltar a analisar temas populares, como o recurso que discute a tese do marco temporal sobre a demarcação de terras indígenas e o que discute se é crime o porte de drogas para o consumo pessoal.

Na ordem das votações, em regra, será o primeiro a votar logo depois do relator, já que é o ministro mais novo do tribunal.

Na Corte, Zanin também deve integrar a Primeira Turma. A vaga foi aberta com a transferência do ministro Dias Toffoli para a Segunda Turma do STF após a saída de Lewandowski.

DATA DA NOTÍCIA: 03/08/2023

Título: Pelo fim das sanções, governo e setor privado se aproximam na Venezuela

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/03/pelo-fim-das-sancoes-governo-e-setor-privado-se-aproximam-na-venezuela>

Uma nova fase nas relações entre o governo e o empresariado nacional começa a ser estruturada na Venezuela. Após anos de períodos turbulentos e conflitos de interesse, nos quais o Estado acusava o capital privado de apoiar golpes e os empresários contestavam a política de expropriação estatal, agora ambos os setores unificam o discurso em torno de um objetivo comum: o fim das sanções.

Em entrevista à emissora de rádio Circuito Éxitos na última terça-feira (25), o novo presidente da Fedecamaras, a maior entidade patronal do país, disse que a instituição se somaria aos pedidos pelo fim do bloqueio e classificou como "loucos" os venezuelanos que seguem apoiando as medidas coercitivas impostas pelos EUA e países aliados.

"Nenhum país quer estar sancionado, o venezuelano que diz querer sanções é um louco. Evidentemente, nós pedimos que as sanções sejam eliminadas, elas não fizeram outra coisa senão empobrecer o país", disse Adán Celis, empresário do ramo industrial de embalagens que foi eleito presidente da associação privada na última sexta-feira (21).

O presidente, Nicolás Maduro, elogiou as declarações de Celis, as classificando como "uma voz de sensatez" e disse esperar se reunir com o empresário "para conversar sobre os planos para o desenvolvimento econômico do país".

"Eu digo a todos os setores sensatos do país, para além de bandeiras políticas ou ideológicas, para que unamos esforços para exigir o fim de todas as sanções contra a Venezuela, nós temos direito a uma vida livre de sanções. Se existe um consenso hoje na Venezuela é de rechaço e repúdio às sanções dos EUA, porque são contra todo o país. Nunca havíamos alcançado um consenso tão grande e poderoso", disse Maduro.

Já nesta terça-feira (01), o novo presidente da Fedecamaras se reuniu com a Comissão de Diálogo, Paz e Reconciliação Nacional da Assembleia Nacional venezuelana, que foi representada pelo deputado da oposição Luis Eduardo Martínez (Acción Democrática).

Durante a reunião, Adán Celis entregou ao deputado uma carta dirigida ao presidente do Parlamento, o deputado chavista Jorge Rodríguez, na qual afirma que o setor privado está disposto a manter "relações de respeito" com todos os Poderes do Estado venezuelano.

O deputado Luis Eduardo Martínez, por sua vez, disse que entregaria o documento a Rodríguez e advogaria pela realização de uma reunião entre o presidente do Parlamento e os representantes da Fedecamaras para avançar no "processo de construção de uma economia sólida que permita o bem-estar generalizado dos venezuelanos".

DATA DA NOTÍCIA: 03/08/2023

Título: Movimentos populares marcham contra assassinatos de líderes sociais na Colômbia

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/03/movimentos-populares-marcham-contr-assassinatos-de-lideres-sociais-na-colombia>

Centenas de ativistas camponeses, indígenas e políticos marcharam em Bogotá, capital da Colômbia, nesta quarta-feira (02) contra o assassinato de líderes sociais no país. Segundo cifras do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz (Indepaz), 97 líderes sociais já foram mortos em território colombiano desde o início de 2023.

Em nota, os movimentos reunidos no Congresso dos Povos denunciaram que a ação de grupos armados em distintas regiões do país busca impedir a defesa e a ação dos ativistas em seus territórios.

Além disso, eles exigiram mais garantias de segurança por parte das autoridades estatais e pedem à Procuradoria investigações mais rápidas e eficientes sobre os crimes passados.

Na última semana, o Indepaz anunciou as mortes do agricultor Carlos Mario Roldán Díaz e dos líderes indígenas Yesid Pechené Musicué e Benito Segundo Castillo Gutiérrez. Eles teriam sido assassinados entre os dias 24 e 25 de julho nos departamentos de Antioquia, Cauca e La Guajirra respectivamente.

"A ação paramilitar foi determinante em algumas regiões do país. Eles trabalham para saquear os recursos naturais com o objetivo de enriquecer algumas pessoas", afirmam os movimentos.

Em entrevista ao Brasil de Fato publicada no último domingo, Leonardo González, diretor do Observatório de Direitos Humanos do Indepaz, disse que os atentados contra líderes sociais no interior da Colômbia "visam atacar o processo de paz".

"Algumas mortes estão relacionadas a cultivos ilícitos, outras com a mineração legal e ilegal, então o que acontece: quando algum representante comunal ou indígena se coloca para defender seu território contra essas práticas, ele está ameaçado", disse.

Lady Gil, uma das manifestantes que esteve em Bogotá nesta quarta-feira e que faz parte da direção do sindicato Coordenador Agraria no departamento de La Guajira, afirmou que os assassinatos "são sistemáticos".

"Estamos denunciando a morte sistemática de líderes sociais em diferentes regiões do país e exigimos que o Ministério Público priorize a investigação desses assassinatos", disse.

O alto índice de conflitos no interior colombiano tem sido um obstáculo para o plano de "paz total" proposto pelo presidente Gustavo Petro que, além de negociar acordos de paz com grupos guerrilheiros, também tem intenções de alcançar planos de cessar-fogo com facções ligadas ao narcotráfico e gangues criminosas.

O passo mais concreto do governo foi dado em junho, em Havana, capital de Cuba, quando Petro e o ELN assinaram um cessar-fogo que durará seis meses e prevê a elaboração de equipes de trabalho para ampliar as negociações de paz.

DATA DA NOTÍCIA: 03/08/2023

Título: Chile: professores iniciam greve para exigir promessa não cumprida pelo governo de Boric

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/82093/chile-professores-iniciam-greve-para-exigir-promessa-nao-cumprida-pelo-governo-de-boric>

O Conselho Nacional de Professores do Chile iniciou nesta quinta-feira (03/08) uma greve a nível nacional para exigir que o governo do presidente Gabriel Boric cumpra a principal promessa que fez à categoria durante a sua campanha eleitoral de 2021: pagar a chamada 'dívida histórica' do Estado com o magistério.

A "dívida histórica" corresponde às perdas salariais sofridas por milhares de professores da rede pública educacional chilena durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), quando a administração das escolas foi transferida do Estado nacional para as prefeituras, o que resultou, também, na imposição de uma redução dos salários.

Os valores totais da dívida histórica são alvo de controvérsia no país. O Conselho Nacional de Professores assegura que a dívida seria de ao menos 14,3 trilhões de pesos chilenos (cerca de R\$ 81,4 bilhões). Porém, um estudo feito pelo Congresso Nacional chileno em 2016 indicou que o valor exato é de 9,3 trilhões de pesos (R\$ 52,9 bilhões), e que cada professor receberia cerca de 71 milhões de pesos (R\$ 403 mil).

Em sua promessa eleitoral, Boric se comprometeu em realizar o pagamento com base nos valores apontados pelo estudo do Congresso. No entanto, a associação de docentes alega que nenhum avanço foi feito após 17 meses de mandato.

Segundo o presidente do Conselho Nacional de Professores, Carlos Díaz Marchant, "este governo se atreveu a fazer uma promessa que os anteriores não fizeram, mas precisa também mostrar que arca com seus compromissos, ou será igual aos demais".

A entidade docente também solicita ao governo a reparação aos professores que faleceram sem receber sua parte da dívida, com um pagamento destinado aos seus herdeiros (filhos ou cônjuges).

A crítica dos professores não se dirige apenas ao presidente Boric, mas também ao ministro da Educação, Marco Antonio Ávila, pelo fato de que ele é professor – antes de assumir o ministério, ele chegou a ser membro do Conselho, e participou de marchas para reivindicar o pagamento da dívida histórica.

Por sua parte, Ávila fez uma declaração nesta mesma quinta, afirmando que “os líderes dos professores já conversaram esta semana com as lideranças do Congresso, e o presidente também irá recebê-los nos próximos dias”.

“A reparação da dívida histórica é um compromisso do programa de governo do presidente Boric, que será cumprida, mas precisaremos estabelecer um cronograma, para que ela seja paga em sua totalidade durante os próximos anos, com o início o mais rápido possível e começando pelos casos mais urgentes”, explicou o ministro.

DATA DA NOTÍCIA: 06/08/2023

Título: Pesquisa indica vitória de Bernardo Arévalo no segundo turno da Guatemala

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/82136/pesquisa-indica-vitoria-de-bernardo-arevalo-no-segundo-turno-da-guatemala>

Bernardo Arévalo, candidato presidencial do partido Movimento Semente, é o favorito para ser o novo presidente da Guatemala, segundo a pesquisa elaborada pelo instituto Cid Gallup, publicada na última quarta-feira (02/08).

O estudo mostrou que o sociólogo e ex-diplomata tem 62% das intenções de voto, contra 37% da sua adversária, a empresária Sandra Torres, candidata do partido Unidade Nacional pela Esperança e representante da centro-esquerda tradicional do país.

Esse cenário indica uma reviravolta com respeito ao resultado do primeiro turno, que terminou com vitória de Torres, graças aos 21,1% de votos que ela obteve na votação do dia 25 de junho, enquanto Arévalo foi o segundo mais votado naquela jornada, com 15,5%.

Caso esse resultado se confirme no segundo turno – programado para acontecer no dia 20 de agosto –, seria a terceira derrota consecutiva de Torres em um segundo turno, após perder em 2015 para Jimmy Morales e em 2019 para o atual presidente guatemalteco, Alejandro Giammattei.

Para Arévalo, seria um triunfo surpreendente na segunda disputa eleitoral da história do seu Movimento Semente, fundado em 2018 e defensor de um discurso de centro-esquerda ambientalista.

Vale recordar, porém que a data do segundo turno ainda pode ser alterada, devido ao fato de que a Justiça da Guatemala continua avaliando diferentes iniciativas de partidos de direita para cassar justamente a candidatura do Movimento Semente, visando impedir seu direito a disputar a etapa decisiva das eleições presidenciais do país.

As denúncias afirmam que o partido favorito nas pesquisas teria realizado inscrições fraudulentas de militantes durante o ano de 2022. Até o momento, há três casos conhecidos desse suposto crime e todos eles estão baseados apenas em provas testemunhais.

O partido conservador Vamos, do presidente Giammattei, é o principal responsável por essas iniciativas. O candidato da legenda, Manuel Conde, terminou o primeiro turno em terceiro lugar, com 10,4% dos votos, e seria o beneficiado com uma possível exclusão de Arévalo e do Movimento Semente, ficando com a vaga para o segundo turno.

O Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) da Guatemala tem negado a possibilidade de mudar a data do segundo turno, ao menos enquanto a disputa for entre Arévalo e Torres, que vem fazendo campanha desde meados de julho.

Porém, a magistrada Irma Palencia, presidente do TSE, reconheceu que, caso a Justiça da Guatemala decida pela cassação de Arévalo nos próximos dias, será impossível realizar o segundo turno nessa data, e haverá uma nova programação eleitoral.

DATA DA NOTÍCIA: 07/08/2023

Título: A pedido de Lula, Celso Amorim viaja a Cuba buscando fortalecer relações

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/82160/a-pedido-de-lula-celso-amorim-viaja-a-cuba-buscando-fortalecer-relacoes>

O Palácio do Planalto confirmou nesta segunda-feira (07/08) que o diplomata Celso Amorim irá a Cuba na próxima semana, atendendo a um pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Amorim viajará a Havana no dia 15 de agosto, para uma visita de cinco dias, com o objetivo de fortalecer as relações entre Brasil e Cuba, conforme solicitado pelo mandatário brasileiro.

A agenda de Amorim na ilha caribenha ainda não está fechada, mas deve incluir reuniões com o presidente cubano Miguel Díaz-Canel e com diversos ministros.

Em declaração à Folha de São Paulo, Amorim disse que sua viagem seria uma espécie de “prospecção”, buscando encontrar formas pelas quais o governo brasileiro pode ajudar Cuba.

“O Brasil sempre teve relações boas (com Cuba), intensas, não só no governo Lula, mas desde antes. Visitei (Cuba) pela primeira vez, no governo Sarney. Depois, nesse período mais triste das relações internacionais, abandonamos”, comentou o assessor especial do Planalto à Folha.

A viagem ocorre em meio à retomada das relações entre os dois países depois de quatro anos de afastamento durante o governo de Jair Bolsonaro (PL).

Após a posse de Lula, Brasil e Cuba reabriram suas respectivas embaixadas. Em fevereiro, o presidente brasileiro indicou o diplomata Christian Vargas como embaixador em Havana.

O escolhido tem em seu currículo uma recente passagem pelo Departamento de Integração Regional do Itamaraty, além de ter sido embaixador na União Europeia (1999-2002),

Uruguai (2002-2004), Argentina (2007-2009), França (2009-2011), Estados Unidos (2015-2018) e Rússia (2018-2020).

Vargas também trabalhou na assessoria internacional da Presidência, no período em que a área era chefiada por Marco Aurélio Garcia, um dos formuladores da política externa durante os dois primeiros mandatos de Lula.

Por sua vez, o governo cubano nomeou como seu embaixador em Brasília o diplomata Adolfo Curbelo Castellanos, que recebeu o agrément do governo brasileiro em março.

DATA DA NOTÍCIA: 08/08/2023

Título: CPI do 8 de janeiro: Anderson Torres diz que minuta golpista é 'fantasiosa' e 'aberração jurídica'

Fonte pesquisada: <https://oglobo.globo.com/>

Link da notícia:

https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/08/08/cpi-8-de-janeiro-anderson-torres_gh.html

O ex-ministro da Justiça Anderson Torres afirmou nesta terça-feira, em depoimento à CPI do 8 de Janeiro, que a minuta golpista encontrada pela Polícia Federal durante uma operação em sua casa é "fantasiosa" e uma "aberração jurídica". Ele afirmou que o documento era apócrifo, sem data e, por um descuido, segundo ele, não fora descartado. O mandado de busca e apreensão foi cumprido em 10 de janeiro, dois dias após a ação golpista na Praça dos Três Poderes.

Ele começou a prestar depoimento por volta das 9h40. Na largada, ele apresentou informações sobre a formação acadêmica e trajetória profissional e afirmou ser um dos principais interessados em esclarecer os fatos referentes aos atos antidemocráticos.

—A polícia encontrou um texto apócrifo, sem data, uma fantasiosa minuta, que vai para coleção de absurdos que constantemente chegam aos detentores de cargos públicos. Vários documentos vinham de diversas fontes para que fossem submetidos ao ministro. Em razão da sobrecarga de trabalho eu normalmente levava pasta de documentos para casa. Os documentos importantes eram despachados e retornavam ao Ministério, sendo os demais descartados. Um desses documentos deixados para descarte foi o texto chamado de minuta do golpe — afirmou.

O ex-ministro acrescentou que não sabe quem foi o responsável pela redação e entrega do papel.

— Basta uma breve leitura para que se perceba ser imprestável para qualquer fim, uma verdadeira aberração jurídica. Este papel não foi para o lixo, por mero descuido. Não sei quem entregou este documento apócrifo e desconheço as circunstâncias em que foi produzido. Sequer cogitei encaminhar ou mostrar para alguém. Soube pela imprensa que outras pessoas haviam recebido documentos com teor semelhante e que estes circulavam pela internet. Esta é a verdade. Nada mais posso dizer sobre isso — afirmou o ministro, ressaltando que está presente ao colegiado com "espírito cooperativo" e com "todo o interesse em esclarecer os lamentáveis fatos do dia 8 de janeiro".

Torres foi ministro na gestão de Jair Bolsonaro (PL) e é investigado atualmente em inquéritos no Supremo Tribunal Federal (STF) por supostamente sabotar o esquema de proteção montado para evitar os ataques às sedes dos Três Poderes. Durante a invasão e depredação nos prédios do Palácio do Planalto, do Congresso Federal e do STF, ele estava nos Estados Unidos, sendo preso ao desembarcar no Brasil.

Após falar em depoimento que nenhum brasileiro deixou de votar no segundo turno das eleições, o ex-ministro da Justiça afirmou que reconheceu prontamente a derrota do ex-presidente:

— Eu nunca questioneei o resultado das eleições. Fui o primeiro ministro a receber uma equipe de transição, no caso a do atual Ministro da Justiça Flávio Dino, que seria meu sucessor. Entreguei relatórios, agi de forma transparente e sempre no sentido de facilitar. Durante a transição não foi registrado qualquer contratempo e tudo correu dentro da normalidade em relação ao Ministério da Justiça.

Após a apresentação de Torres, a relatora da CPI, a senadora Eliziane Gama (PSD-MA), iniciou suas perguntas ao ex-ministro da Justiça. Entre os questionamentos, a parlamentar citou a movimentação financeira do delegado e o fato de ele ter perdido o telefone celular e não ter entregue o aparelho aos investigadores. Ela também o perguntou sobre a suposta interferência dele em blitzes montadas pela Polícia Rodoviária Federal durante o segundo turno das eleições presidenciais, que teria prejudicado a movimentação de eleitores.

À relatora, o ex-ministro afirmou ter embarcado com a família para os Estados Unidos “extremamente tranquilo” porque não havia indícios de que os prédios públicos seriam invadidos e depredados em 8 de janeiro. Além disso, Torres argumentou ter assinado o chamado Protocolo de Ações Integradas (PAI), com o previsão de todos os procedimentos a serem adotados em caso de qualquer intercorrência, pelas Forças de Segurança e demais autoridades competentes.

DATA DA NOTÍCIA: 09/08/2023

Título: Fernando Villavicencio, candidato à presidência do Equador, é assassinado em Quito

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/09/fernando-villavicencio-candidato-a-presidencia-do-equador-e-assassinado-em-quito>

O candidato à presidência do Equador Fernando Villavicencio foi assassinado com três tiros na cabeça depois de sair de um encontro político na cidade de Quito nesta quarta-feira (9). De acordo com o jornal local El Universo, a morte foi confirmada por Carlos Figueroa, assessor de campanha e amigo pessoal de Villavicencio.

Em sua conta no Twitter, o atual presidente do Equador, Guillermo Lasso, afirmou que o crime "não vai ficar impune". Além disso, anunciou que o Gabinete de Segurança se reunirá ainda esta noite.

De acordo com o instituto de pesquisas TelcoData, Villavicencio aparecia nesta terça-feira (8) em quarto lugar na corrida eleitoral, com 6,8% dos votos. Luisa González lidera a corrida

pela presidência com 30,5% das intenções de votos. As eleições estão marcadas para o dia 20 de agosto.

DATA DA NOTÍCIA: 10/08/2023

Título: Gangue reivindica autoria de assassinato de presidencial Villavicencio; Lasso declara estado de exceção no Equador e mantém data de pleito

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/10/gangue-assume-autoria-de-assassinato-de-presidencial-villavicencio-lasso-declara-estado-de-excecao-no-equador-mas-mantem-data-de-pleito-para-o-proximo-dia-20>

Horas após o assassinato do candidato à Presidência do Equador Fernando Villavicencio, a facção criminosa Los Lobos reivindicou a autoria do crime. O presidencial foi morto com três tiros ao deixar evento na capital do país, Quito, no início da noite da quarta-feira (9).

Villavicencio é um dos poucos candidatos a acusar o governo de ligação com o crime organizado. Com oito mil integrantes, Los Lobos é o segundo maior grupo criminoso do Equador, atrás apenas de Los Choneros, do qual é uma dissidência.

Na semana passada, os Los Choneros - ligado ao narcotráfico - haviam ameaçado Villavicencio. No entanto, a autoria foi assumida pelo grupo rival em vídeo divulgado na internet.

"Toda vez que políticos corruptos não cumprirem suas promessas quando receberem nosso dinheiro, que é de milhões de dólares, para financiar sua campanha, serão dispensados."

O grupo ameaçou também outro presidencial, o político e economista Jan Topic

"Você também, Jan Topic, mantenha sua palavra. Se você não cumprir suas promessas, você será o próximo."

exceção no país e afirmou que as eleições presidenciais estão mantidas para o próximo dia 20. Pelo menos seis pessoas já foram presas, suspeitas de envolvimento no assassinato. Um suspeito foi morto pela polícia logo após a morte de Villavicencio.

A disputa eleitoral não tem um cenário claro, devido à pouca confiabilidade dos institutos de pesquisa, que apresentam grandes variações sobre a preferência do eleitorado. Em alguns, Villavicencio aparece como segundo colocado; em outras, como o último dos oito candidatos.

Villavicencio tinha 59 anos e era jornalista, deputado e ex-sindicalista. Foi conhecido como defensor de minorias indígenas e causas sociais e ambientais.

Ele acusou por anos o ex-presidente Rafael Correa de corrupção, sendo condenado à prisão por "difamação". À época, chegou a fugir para o Peru.

Nos últimos anos, a relativa estabilidade que marcava o cenário político do país mudou com o aumento da presença de gangues colombianas e mexicanas, ligadas ao tráfico internacional de cocaína.

Como legislador, este ano Villavicencio barrou um processo de impeachment contra o presidente Lasso, precipitando o atual pleito.

A acadêmica equatoriana, pesquisadora do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social Pilar Troya Fernández disse ao Brasil de Fato acreditar que o assassinato foi "queima de arquivo, já que mataram a pessoa que o matou".

"Além disso, o objetivo do incidente pode ser sujar o processo eleitoral, culpar o correísmo (seguidores de Rafael Correa) e até criar condições para uma intervenção militar".

DATA DA NOTÍCIA: 11/08/2023

Título: Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes votam a favor de denúncia da PGR contra Zambelli

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/11/gilmar-mendes-e-alexandre-de-moraes-votam-a-favor-de-denuncia-da-pgr-contr-zambelli>

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes votaram a favor da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra a deputada federal bolsonarista Carla Zambelli (PL-SP) por porte ilegal de arma e constrangimento.

Todos os ministros devem votar a denúncia, em plenário virtual, até 21 de agosto. Se a denúncia da PGR for acolhida pela maioria dos magistrados, Zambelli se torna ré e terá de responder a uma ação penal.

A denúncia decorre de um episódio registrado em 29 de outubro, um sábado, véspera do segundo turno das eleições de 2022, quando Zambelli sacou uma arma na rua Joaquim Eugênio de Lima, região central da capital paulista, e perseguiu um homem negro.

Em vídeo que circulou nas redes sociais na época do incidente, a parlamentar aparece com uma arma em punho, correndo atrás do homem que se esconde em uma lanchonete. Amparada por assessores, Zambelli entra no local e ordena: "Deita no chão".

A PGR pede ao STF que a parlamentar seja condenada a pagar uma multa de R\$ 100 mil por danos morais coletivos e tenha o porte de arma cancelado definitivamente.

Na declaração apresentada na acusação, Lindôra Araújo, vice-procuradora-geral da República, alegou que Zambelli não estava autorizada a usar a arma ostensivamente em público. "A permissão do porte de arma de fogo conferida à denunciada se destina única e exclusivamente à sua defesa pessoal; jamais para constranger a liberdade de interlocutor e a fazer com que ele se desculpe dos seus posicionamentos políticos, preferências eleitorais e supostos atos injuriosos manifestados, ainda que a pretexto de resguardar, em tese, sua honra maculada", afirmou Araújo.

Em seu voto, Gilmar Mendes, que é relator do processo, afirmou que as materialidades comprovam "porte ostensivo de arma de fogo às vésperas das eleições, em situação vedada e de risco, com a perseguição e submissão da vítima à restrição espacial".

“Ainda que a arguida tenha porte de arma, o uso fora dos limites da defesa pessoal, em contexto público e ostensivo, ainda mais às vésperas das eleições, em tese, pode significar responsabilidade penal”, disse.

Procurada pelo Brasil de Fato na época da denúncia da PGR, a deputada informou em nota que tomou conhecimento da denúncia e afirmou que sua defesa "será apresentada no prazo legal e que, no decorrer do processo, irá demonstrar quem foi a vítima e o verdadeiro agressor nos eventos ocorridos".

Zambelli disse, ainda, que possuía porte de arma legalmente autorizado pela Polícia Federal. A deputada alega que somente sacou a arma "pois foi dada voz de prisão à pessoa que injustamente lhe agredia e a ameaçava por diversas vezes".

DATA DA NOTÍCIA: 11/08/2023

Título: Governo relança PAC sob expectativas de investimento e dúvidas sobre orçamento

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/11/governo-relanca-pac-sob-expectativas-d-e-investimento-e-duvidas-sobre-orcamento>

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) relança nesta sexta-feira (11), em cerimônia no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Marca dos governos petistas, o PAC foi criado em 2007 e já teve três versões. A quarta, que será lançada nesta manhã, deve prever investimentos de até R\$ 1 trilhão nos próximos quatro anos – valor semelhante ao investido no PAC 2 (de 2011 a 2014) e no PAC 3 (de 2015 a 2018). Só neste ano, seriam ao menos R\$ 60 bilhões.

Essas previsões foram apresentadas por ministros e líderes do Congresso Nacional em reunião na segunda-feira (8). Na ocasião, também foram indicadas as prioridades da nova versão do programa. A retomada de obras paralisadas no país e o investimento para uma transição energética nacional estarão entre elas.

Governadores, aliás, já entregaram ao governo obras que consideram prioritárias em seus estados e que, por isso, provavelmente serão incluídas no novo PAC. Essas obras poderão ser realizadas com recursos públicos federais ou por meio de parcerias público-privadas (PPP), as quais estarão previstas no programa, como já estiveram em edições anteriores.

Pedro Faria, economista e pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), lembrou que as edições anteriores do PAC estão entre as grandes responsáveis pelo crescimento da economia e geração de emprego no passado.

Segundo ele, principalmente, no segundo mandato do presidente Lula (de 2007 a 2010) e no primeiro mandato da ex-presidente petista Dilma Rousseff (de 2011 a 2014), a taxa de desemprego no país caiu e a desigualdade social também, rebaixadas pelo aumento do consumo das famílias e pelo investimento em obras públicas, que veio por meio do PAC.

Essa evolução dos indicadores sociais está retratada num artigo escrito pela pesquisadora do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Maria Nunes, e divulgado como capítulo de um livro publicado em 2017 pelo órgão. Nunes também destacou os efeitos positivos do PAC sobre a economia e as realizações da iniciativa.

"Os empreendimentos do PAC se espalharam por todo o território nacional", escreveu. "Foram concluídos de aproximadamente 11.836 km de rodovias, 2.160 km de ferrovias e 54 empreendimentos em portos brasileiros. Foram concluídos 34 empreendimentos em hidrovias, enquanto no setor aeroportuário 54 novos empreendimentos foram incorporados entre terminais de passageiros, pistas e pátios para aeronaves, ampliando a capacidade em mais de 70 milhões de passageiros por ano."

Faria, da UFMG, ressaltou que, em seu segundo mandato, Dilma reduziu o investimento público e os indicadores de crescimento, emprego e desigualdade começaram a piorar. Faria afirmou que, mais recentemente, nos governos de Michel Temer (MDB) e Jair Bolsonaro (PL), o investimento público não supriu sequer a depreciação de ativos. Por isso, o Brasil passou por um período de crescimento tão baixo.

"Os PAC foram bastante positivos", acrescentou Mauricio Weiss, economista e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). "Eles aumentaram a demanda interna, ativando a economia, gerando emprego, mas também tiveram um impacto no longo prazo, aumentando a capacidade produtiva e infraestrutura do país."

Weiss destacou que o PAC investiu muito em geração de energia no país. Se não fosse o programa, segundo ele, o Brasil estaria hoje vivendo o risco de racionamento parecido com o que ocorreu no país em 2001.

No PAC, foram construídas as usinas hidrelétricas de Belo Monte (no Pará), Santo Antônio e Jirau (em Rondônia), e Teles Pires (no Mato Grosso). A construção de Belo Monte foi cercada de críticas de ambientalistas. Culminou, inclusive, na demissão da então ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, do então governo Lula.

Além disso, várias obras do PAC acabaram sendo envolvidas em denúncias de corrupção. Parte delas foi investigada na operação Lava Jato.

Nunes, do Ipea, lembrou em seu artigo que o PAC foi criado para reduzir desigualdades regionais. Neste aspecto, ele falhou. "No PAC 1, o montante de recursos transferidos para a região Sudeste consolidou-se em 54% do total dos recursos do programa, enquanto o Nordeste abarcou 19%, a região Sul ficou com 12% e o Norte e o Centro-Oeste, com 7% cada região. Já no PAC 2, houve pouca alteração no desenho das transferências de recursos em relação às transferências realizadas", informou.

Apesar disso, Weiss, da UFRGS, disse que as expectativas para o relançamento do programa são grandes, assim como seus desafios.

"São R\$ 1 trilhão estimados, mas isso depende das parcerias público-privadas. Não é certeza que o investimento privado virá", disse ele. "Haverá projetos atrativos, mas não há mais tanta confiança que vai acontecer como anteriormente."

De acordo com a apresentação do governo a congressistas, R\$ 240 bilhões dos investimentos previstos no PAC seriam recursos públicos federais. Ou seja, pelo menos R\$ 760 bilhões viriam do setor privado ou estatais.

A Petrobras, novamente, deve ter um papel de destaque no PAC. A Eletrobras, no entanto, teve sua gestão privatizada por Bolsonaro. Já não precisa atender a projetos do governo como fez no passado.

A capacidade de investimento do governo no PAC também dependerá das restrições fiscais que serão impostas a ele pelo novo arcabouço fiscal, que ainda tramita na Câmara dos Deputados. Arthur Lira (PP-AL), presidente da Casa, informou que só votará o projeto após o lançamento do PAC. Dependendo do resultado da votação, a capacidade de investimento do governo federal pode ser ainda mais comprometida.

DATA DA NOTÍCIA: 11/08/2023

Título: Alto índice de abstenção preocupa nas eleições primárias argentinas do próximo domingo

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/11/alto-indice-de-abstencao-preocupa-nas-eleicoes-primarias-argentinas-do-proximo-domingo>

A possibilidade de que uma grande parcela do eleitorado não vote nas eleições primárias da Argentina do próximo domingo (13) é uma das preocupações que envolvem o pleito, segundo analistas políticos ouvidos pelo Brasil de Fato. A votação decide quais serão os candidatos que vão concorrer à Presidência, legislativo e governos, no primeiro turno, em 22 de outubro.

“Nos anos 1980, votavam 80%; nos anos 1990 entre 80 e 85%; nos últimos anos estamos entre 70 e 75%”, afirmou Facundo Cruz, coordenador do laboratório Pulsar da Universidade de Buenos Aires, especializado no monitoramento da opinião pública.

A desconfiança do eleitorado já foi sentida nas eleições regionais que ocorreram este ano. Na província de Córdoba, ela chegou a 40% dos eleitores na eleição para prefeitos.

O cientista político Pablo Garibaldi, também da Universidade de Buenos Aires, acredita que a tendência deve ser confirmada. Ele pondera que nas eleições legislativas de 2021, “havia muito medo na sociedade”, por causa da pandemia do coronavírus.

“Essa menor participação também estamos vendo nas eleições para governadores e prefeituras e tudo indica que vamos ter isso nas primárias”, completa.

Consultorias estimam que a participação deve ficar em torno de 70%, uma das menores desde a redemocratização do país, nos anos 1980.

Entre os motivos apontados para a apatia está a descrença de que a política possa resolver os sérios problemas pelos quais passa a economia argentina. A inflação acima dos 100% anuais vem elevando os índices de pobreza no país.

As eleições de domingo, chamadas de PASO (sigla para Primárias, Abertas, Simultâneas e Obrigatórias), foram instituídas em 2009, para, em tese, dar a oportunidade dos eleitores escolherem os nomes que vão sair candidatos por cada partido. Mas em muitos pleitos desde então não ocorreram disputas reais, com candidatos sendo geralmente apenas ratificados nesta etapa do processo.

Neste ano, o candidato da ultradireita - frequentemente comparado a Jair Bolsonaro - Javier Milei, da coalizão A Liberdade Avança deve ser oficializado.

Pela coalizão peronista União pela Pátria, concorrem o atual ministro da Economia, Sergio Massa, com Juan Grabois. Já pela Juntos por el Cambio, disputam uma vaga os pré-candidatos Horacio Larreta e Patricia Bullrich, ex-ministra de Segurança no governo de Macri.

Pesquisa de intenção de voto divulgada no final de junho, realizada pela CB Consultora, indicava que Massa liderava com 24% da preferência. Bullrich e Milei teriam 17% cada, e Larreta, 16%, percentuais que indicam empate técnico.

DATA DA NOTÍCIA: 11/08/2023

Título: PF pede ao STF quebra de sigilos fiscal e bancário de Bolsonaro

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/pf-pede-ao-stf-quebra-de-sigilo-fiscal-e-bancario-de-bolsonaro/>

A Polícia Federal (PF) pediu ao Supremo Tribunal Federal (STF) a quebra dos sigilos fiscal e bancário do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), informaram à CNN autoridades ligadas à investigação.

A avaliação é de que já há situações — ainda não reveladas — que envolvem mais fortemente o ex-presidente no caso das joias. Fontes informaram à CNN também não haver pressa em ouvir os investigados e que já haveria muita prova contra eles.

A PF cumpriu nesta sexta-feira (11) mandados de busca e apreensão contra o general Mauro César Cid, pai do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro.

Também foram alvos da operação o ex-advogado de Bolsonaro Frederick Wassef, o tenente do Exército Osmar Crivelatti, além do próprio Mauro Cid.

A decisão que embasou a operação desta sexta-feira para apurar desvios de objetos da União é do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes.

Ele afirmou que, de acordo com dados analisados pela Polícia Federal, há a “possibilidade” de que o Gabinete Adjunto de Documentação Histórica do Gabinete Pessoal da Presidência da República tenha “sido utilizado para desviar, para o acervo privado do ex-presidente da República, presentes de alto valor, mediante determinação de Jair Bolsonaro (PL)”.

Além disso, a investigação indica que o material deveria ser vendido e o dinheiro, repassado em espécie para o ex-presidente.

Segundo a investigação da PF, o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro Mauro Cid levou para os Estados Unidos presentes recebidos pelo Estado brasileiro com a intenção de vendê-los.

Ele teria transportado os objetos no mesmo avião presidencial em que Jair Bolsonaro viajou para Orlando, em 30 de dezembro do ano passado, na véspera do fim de seu mandato.

Segundo a operação da PF, a suspeita é de que a conta do pai do ex-ajudante teria sido usada para recebimento de valores relativos a vendas de presentes de alto valor recebidos por agentes públicos brasileiros de autoridades árabes.

A investigação “identificou que esse modus operandi foi utilizado para retirar do país pelo menos quatro conjuntos de bens recebidos pelo ex-Presidente da República em viagens internacionais, na condição de chefe de Estado”, aponta o relatório.

Em nota, os advogados de Bolsonaro afirmaram que o ex-presidente “jamais apropriou-se ou desviou quaisquer bens públicos”.

DATA DA NOTÍCIA: 12/08/2023

Título: Argentina realiza eleições primárias em meio à crise e reaproximação com o Brasil

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/12/argentina-realiza-eleicoes-primarias-em-meio-a-crise-e-reaproximacao-com-o-brasil>

Eleitores argentinos vão às urnas neste domingo (13) registrar seus votos naquela que pode ser considerada a primeira rodada das eleições presidenciais do país. As chamadas "primárias" são a parte do processo eleitoral em que todos os partidos, simultaneamente, definem, por meio do voto, seus candidatos à Presidência. Por mobilizar todo o país, elas servem como prévia do primeiro turno da eleição geral, marcado para o dia 22. Até lá, o debate entre políticos na Argentina deve acirrar-se. E a situação da economia – problema crônico do país há décadas – tende a receber atenção especial de eleitores.

Envolto em crises causadas por dívidas públicas contraídas em dólar, a Argentina é um país extremamente instável economicamente. Precisa exportar para que o governo possa arrecadar dólares para honrar com seus compromissos. Por causa dessa necessidade, a cotação da moeda sobe constantemente. A alta do dólar faz com que os preços subam internamente, levando a economia à inflação. O atual presidente Alberto Fernández tem buscado enfrentar a falta de dólares aproximando a Argentina da China e do Brasil.

Recentemente, a China forneceu crédito ao governo argentino para que ele pudesse pagar parcelas de um empréstimo contraído pelo ex-presidente Mauricio Macri, opositor de Fernández, com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em dólares.

"A China deixou de ser só uma parceira comercial e uma investidora. Passou a ser uma emprestadora de última instância, fazendo justamente o papel que o FMI não quis mais fazer", analisa Gilberto Maringoni, professor da Universidade Federal do ABC (UFABC) e coordenador do Observatório de Política Externa da instituição.

Já o Brasil tem discutido formas de intensificar o comércio bilateral com o vizinho por meio de uma moeda comum, abrindo caminho para que importações possam ocorrer sem a necessidade da moeda norte-americana. A expansão do comércio internacional sem o uso do dólar, aliás, é uma bandeira do novo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), que é aliado político do atual presidente da Argentina.

Nem Macri nem Fernández serão candidatos nas eleições presidenciais argentinas. Eles, no entanto, apoiam candidatos alinhados às suas visões. Isso significa que a disputa eleitoral vai definir o rumo da política econômica argentina. E isso pode impactar na forma como a Argentina se relaciona economicamente com o Brasil.

"O governo atual da Argentina tem uma aproximação maior com o Brasil. Existe uma lógica de proximidade Sul-Sul entre governos de partidos de esquerda, enquanto governos de partidos de direita têm a prioridade de um alinhamento com os Estados Unidos", explicou Mauricio Weiss, economista e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A Argentina é destino de quase 6% das exportações do Brasil neste ano, segundo dados do governo federal brasileiro. O país é a terceira nação que mais compra produtos brasileiros. Mais do que isso: diferentemente dos maiores compradores – China e Estados Unidos –, a Argentina compra do Brasil muitos produtos industrializados, além de soja.

Esse tipo de exportação é estratégica para o Brasil, pois gera empregos de qualidade no Brasil, contribuindo com o desenvolvimento social e econômico brasileiro.

A Argentina também produz quase 5% dos produtos importados pelo Brasil. Está em quarto lugar no ranking de maiores importadores neste ano.

Cerca de 35% do que Brasil compra da Argentina são carros e caminhões.

O governo brasileiro tem negociado com o argentino o uso de uma moeda comum para transações comerciais entre os dois países porque espera que, sem a necessidade do dólar, a Argentina possa comprar ainda mais produtos brasileiros.

Maringoni considera que a adoção da moeda comum pode ser um alívio para a Argentina. Não seria, porém, uma solução para seus problemas.

DATA DA NOTÍCIA: 14/08/2023

Título: Na Venezuela, governo da Colômbia e guerrilha ELN abrem 4º ciclo de diálogos de paz

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/14/na-venezuela-governo-da-colombia-e-guerrilha-eln-abrem-4-ciclo-de-dialogos-de-paz>

As delegações do governo da Colômbia e do grupo guerrilheiro ELN (Exército de Libertação Nacional) instalaram nesta segunda-feira (14) o 4º ciclo de diálogos de paz em Caracas, capital da Venezuela, um dos países mediadores do processo.

Essa é a primeira vez que ambas as partes voltam a negociar logo após um acordo de cessar-fogo que foi assinado em Havana, Cuba, na última rodada de diálogos e entrou em vigor no último dia 3 de agosto.

Durante o ato que marcou a instalação do novo ciclo de negociação, o chefe da delegação do governo colombiano, Otty Patiño, afirmou que um dos principais temas serão "planos concretos para que os chefes das frentes de guerra do ELN e das comunidades dos territórios [afetados pelo conflito] participem [do processo]".

"Aproveitamos a vontade da direção nacional do ELN e de seu Comando Central para comprometer todas os comandantes e combatentes dessa organização na construção da paz", disse.

Já o chefe da delegação do ELN, Pablo Beltrán, disse esperar que os acordos alcançados em Caracas "se cumpram" e que o grupo vai se esforçar para fortalecer a comissão de participação cidadã que foi formada em Bogotá como previsto pela última rodada de negociações.

"É importante um processo de participação cidadã. As forças do governo e do ELN são poucas para as mudanças que devem ser feitas na Colômbia, então pedimos que a sociedade colombiana participe desse processo, porque a paz não será produto de um governo ou de uma insurgência, ela será da sociedade colombiana", disse.

A vice-presidente venezuelana, Delcy Rodríguez, também participou do ato de instalação dos diálogos e reforçou os apelos da Venezuela enquanto país garantidor pela criação de corredores humanitários para vítimas do conflito armado.

"Queremos ressaltar [a importância] de que medidas de alívio humanitário possam ser adaptadas para atender quem foi afetado pelo conflito, para que se convertam em um objetivo humanitário imediato", disse.

O início do 4º ciclo de diálogos é mais um passo no plano de "paz total" promovido pelo governo do presidente colombiano Gustavo Petro, que pretende não só estabelecer acordos de paz com grupos guerrilheiros como o ELN, mas também com facções ligadas ao narcotráfico. No entanto, apesar de alguns avanços alcançados, o mandatário vem enfrentando obstáculos internos que ameaçam os avanços do processo.

Além da grave crise política enfrentada por seu governo, que já sofreu ameaças de golpe, trocas de ministros por acusações de corrupção e pressões do Ministério Público, os níveis de violência armada no interior do país ainda são muito altos.

Segundo dados do Indepaz (Instituto de Estudos para o Desenvolvimento e a Paz), 105 líderes sociais já foram assassinados no país desde o início do ano. As mortes estão ligadas a ações de grupos armados nas regiões que vitimam representantes sociais das comunidades que buscam defender seus territórios.

DATA DA NOTÍCIA: 14/08/2023

Título: Direita e ultradireita lideram primárias argentinas; peronismo em terceiro

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/82270/direita-e-ultradireita-lidera-m-primarias-argentinas-peronismo-em-terceiro>

O deputado ultradireitista Javier Milei teve uma votação expressiva nas primárias argentinas deste domingo (13/08). Com mais de 80% das urnas apuradas, o candidato pelo Liberdade Avança alcançou 31%, contra 28% da soma da coalizão de direita Juntos pela Mudança, com Patricia Bullrich, e 27% da aliança peronista União pela Pátria, liderada por Sergio Massa, que ficou em terceiro.

A se confirmar os números, a terceira colocação do peronismo neste domingo será o pior resultado em 12 anos de eleições primárias.

Na disputa individual, Massa, que é ministro da Economia argentina, conquistou 21% dos votos válidos. Por sua vez, Bullrich, que disputava a vaga dentro da coalizão com Horacio Larreta, teve 17%.

Apesar dos baixos números nas pesquisas eleitorais, Milei era um dos principais candidatos a avançar ao segundo turno. Representante da extrema direita argentina, ele mantém contato com a família Bolsonaro e com outras lideranças do campo conservador pelo mundo. O candidato se apresenta como um político "diferente de tudo o que está aí". Uma das principais propostas do líder do Liberdade Avança é dolarizar a Argentina e fechar o Banco Central.

Massa se tornou o principal nome dos peronistas para a sucessão presidencial. Mesmo sendo um candidato mais ligado ao mercado e à centro direita e vivendo no olho do furacão da crise econômica argentina, ele ganhou protagonismo pelo aumento de vagas de emprego e a negociação com o Fundo Monetário Internacional.

Já Bullrich disputava internamente na coalizão, que tem o ex-presidente Mauricio Macri como líder, a cabeça de chapa contra Horacio Larreta. A rivalidade dentro da aliança gerou uma fragilidade no campo da oposição, muito também por conta da campanha de Milei, que conseguiu tirar o protagonismo do direitista Juntos pela Mudança. Com 11% dos votos neste domingo, Larreta reconheceu a derrota e parabenizou sua adversária.

Chamadas PASO (Primárias, Abertas, Simultâneas e Obrigatórias), foram criadas em 2009, ainda no primeiro mandato da peronista Cristina Kirchner, mas só passaram a funcionar nas eleições de 2011. O principal objetivo era diminuir o número de candidaturas.

Nas prévias argentinas apenas os candidatos que receberam menos de 1,5% dos votos são impedidos de concorrerem nas eleições de outubro.

Elas servem, na verdade, como um grande termômetro do que será levado às urnas no primeiro turno das eleições, marcado para o dia 22 de outubro. Se houver necessidade, o segundo turno será disputado em 19 de novembro.

DATA DA NOTÍCIA: 14/08/2023

Título: Milei comemora triunfo na Argentina com discurso contra justiça social, 'essa aberração'

Fonte pesquisada: <https://operamundi.uol.com.br/>

Link da notícia:

<https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/82271/milei-comemora-triunfo-na-argentina-com-discurso-contra-justica-social-essa-aberracao>

O ultraliberal Javier Milei foi o principal vencedor das Primárias Abertas, Simultâneas e Obrigatórias (PASO), ocorridas neste domingo (13/08) na Argentina.

Com mais 97% das urnas apuradas, o representante do partido A Liberdade Avança obteve 30% dos votos, superando sozinho as duas principais coalizões do país: a conservadora Juntos Pela Mudança (macrista) teve 28,3% e a governista União Pela Pátria (peronista) alcançou 27,3%.

Em seu discurso após a divulgação dos resultados definitivos, Milei atacou o que chama de “casta política” termo que utiliza há anos para se referir aos políticos dos partidos tradicionais, mas também apresentou um novo inimigo: a justiça social, considerada por ele como uma “aberração”.

“Estamos diante do fim do modelo de castas, baseado naquela atrocidade de que onde há necessidade nasce um direito, mas esquecem que alguém tem que pagar por isso. Cujas aberração máxima é a justiça social, mas esquecem que é injusto que poucos paguem”, afirmou o vencedor das primárias.

As primárias argentinas servem para definir os candidatos que representarão cada coalizão nas eleições. No caso do pleito deste ano, o primeiro turno ocorrerá no dia 22 de outubro, enquanto o segundo turno, se necessário, será em 19 de novembro.

Apesar de o partido de Milei não ter apresentado nenhum outro pré-candidato nessas primárias – portanto, ele não precisava vencer uma disputa interna, como os demais concorrentes – a votação serviu para ele como demonstração de força, um indicativo de que sua campanha tem condições de chegar à Casa Rosada.

Mesmo com um só candidato, o partido A Liberdade Avança conseguiu mais votos que as coalizões que elegeram os dois últimos presidentes da Argentina.

A governista União Pela Pátria, ligada ao atual mandatário Alberto Fernández e que reúne os diferentes setores do peronismo, teve o segundo candidato mais votado da jornada: Sergio Massa, atual ministro da Economia, com 21,4%. Porém, como coalizão, o peronismo ficou com apenas 27,3% dos votos, devido à fraca performance do seu outro candidato, o ativista social Juan Grabois, que reuniu 5,9% dos votos.

A aliança conservadora Juntos Pela Mudança, representante da direita tradicional argentina, obteve 28,3% dos votos, ficando com a segunda posição na disputa entre as coalizões.

A disputa interna da direita mostrou um menor desequilíbrio: a vencedora Patricia Bullrich, ex-ministra dos governos de Mauricio Macri (2015-2019) e de Fernando de la Rúa (1999-2001), foi a mais votada do setor, com 17%, superando o prefeito de Buenos Aires, Horacio Rodríguez Larreta, que ficou com 11,3%.

DATA DA NOTÍCIA: 14/08/2023

Título: Pedro Briones, dirigente político ligado a Rafael Correa, é assassinado no Equador, diz imprensa local

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/14/pedro-briones-dirigente-politico-ligado-a-rafael-correa-e-assassinado-no-equador-diz-imprensa-local>

Pedro Briones, dirigente do partido Revolução Cidadã, do Equador, foi assassinado nesta segunda-feira (14), de acordo com diversos jornais locais. Os órgãos oficiais do país não tinham se pronunciado sobre o caso até as 20h.

O crime aconteceu cinco dias depois do assassinato de Fernando Villavicencio, candidato à presidência que foi baleado depois de um comício. A morte de Villavicencio segue sob investigação.

A informação foi divulgada nas redes sociais de uma candidata a deputada do mesmo partido, Paola Cabezas Castillo. O Revolução Cidadã é a agremiação do ex-presidente equatoriano Rafael Correa.

A candidata que lidera a corrida presidencial no país, Luisa Gonzalez, se manifestou por meio das redes sociais. Ela afirmou que o Equador vive sua época mais sangrenta. "Devemos isso ao abandono total de um governo inepto e a um Estado tomado pelas máfias", escreveu. As eleições presidenciais estão marcadas para este domingo (20).

A morte do candidato à presidência Fernando Villavicencio, assassinado na última quarta-feira (9), jogou holofotes na crise política e social do Equador. O país, que já foi um dos mais seguros do continente, viveu uma escalada de violência durante governos de direita.

As mortes de Villavicencio e de Briones não foram casos isolados de ataques a políticos. Há poucas semanas foi assassinado o prefeito da cidade de Manta, que tem o segundo maior porto do país. Houve, ainda, um atentado contra a vida de outro prefeito, do município de Duran. As taxas de mortes violentas no Equador dispararam nos últimos anos, saltando de 5,6 para 25 a cada 100 mil habitantes, entre 2017 e 2023.

Analistas apontam que os motivos são variados, mas convergem no aumento da atuação das gangues e do narcotráfico, com a associação de grupos locais com traficantes do México, Colômbia e dos Balcãs. As prisões seriam locais férteis para o recrutamento de membros destes grupos, entre os quais se destacam Los Choneros, Los Tigrones e Los Lobos – grupo que teria assumido a autoria da morte de Villavicencio.

A ONU diz que em 2022 o Equador se tornou o terceiro país com a maior quantidade de cocaína apreendida do mundo, atrás de EUA e Colômbia.

DATA DA NOTÍCIA: 17/08/2023

Título: Hacker Walter Delgatti diz que Bolsonaro pediu para ele assumir grampos contra Alexandre de Moraes

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/17/hacker-walter-delgatti-diz-que-bolsonaro-pediu-a-ele-para-assumir-grampos-contra-alexandre-de-moraes>

O hacker Walter Delgatti Neto afirmou em depoimento à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro, nesta quinta-feira (17), que Jair Bolsonaro pediu a ele que assumisse um grampo que teria sido feito contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), durante uma ligação mediada pela deputada federal Carla Zambelli (PL-SP).

“O presidente entrou em contato comigo por meio de um celular aparentemente novo, com um chip inserido naquela hora. Eles haviam conseguido um grampo do ministro Alexandre

de Moraes, que teria conversas comprometedoras, e eles precisavam que eu assumisse a autoria desse grampo", disse.

Na sequência, o hacker explica o plano: "a ideia seria o garoto da esquerda assumir esse grampo realizado por agências de outro país, supostamente. Em troca, eu teria o indulto e Bolsonaro disse que mandaria prender o juiz que por ventura lhe prendesse", afirmou Delgatti aos parlamentares da comissão que apura os atos golpistas.

A ligação teria ocorrido em um posto de gasolina, próximo a Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. Pouco antes, Zambelli teria ligado para Walter Delgatti Neto e dito que precisava tratar de um assunto urgente. O hacker afirmou que logo depois um motorista da parlamentar foi até a sua casa e o levou até o posto.

"Esse grampo seria suficiente para uma ação contra o ministro e refazer as eleições. Eu concordei em assumir porque era uma proposta do presidente da República. Depois, a Carla Zambelli disse que seria necessário invadir alguns sistemas de Justiça para demonstrar a fragilidade dos sistemas, a pedido de Bolsonaro", disse Delgatti.

Foi neste momento que o hacker teria feito a inserção de alvarás de soltura e um mandado de prisão contra o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes no Banco Nacional de Monitoramento de Prisões do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). As inserções foram feitas entre 4 e 6 de janeiro deste ano, dias antes dos atos que culminaram na invasão e depredação dos prédios dos Três Poderes, em Brasília.

Em 27 de junho deste ano, Delgatti confessou à PF a sua participação em parte do esquema, que teria contado com a ajuda da deputada federal bolsonarista Carla Zambelli (PL-SP). O hacker afirmou que o objetivo da invasão era expor as vulnerabilidades do sistema judiciário brasileiro, com o propósito de desacreditar o sistema eletrônico de votação.

Segundo Delgatti, Zambelli solicitou que, caso não conseguisse invadir as urnas eletrônicas, o hacker deveria procurar por "diálogos comprometedores" envolvendo Alexandre de Moraes. Em resposta, Delgatti teria afirmado que seria possível inserir um mandado de prisão contra o ministro no sistema do CNJ.

Zambelli teria feito o texto e enviado para publicação. Delgatti alegou que "fez algumas alterações, pois o português estava meio ruim", e emitiu o mandado de prisão e o bloqueio de valores, no exato valor da multa aplicada ao PL pelo TSE, de cerca de R\$ 22 milhões.

"DETERMINO, por fim, a extração integral de cópias e sua imediata remessa para o Inquérito n. 4.874/DF e de todos os inquéritos de censura e perseguição política, em curso no SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL para o CNJ, a fim de que me punam exemplarmente. Diante de todo o exposto, expeça-se o competente mandado de prisão em desfavor de mim mesmo, Alexandre de Moraes. Publique-se, intime-se e faz o L", diz o ofício.

A defesa de Zambelli disse que ela "rechaça qualquer acusação de prática de conduta ilícita e imoral pela parlamentar, inclusive, negando qualquer tipo de pagamento ao mencionado hacker". Segundo Delgatti, a ex-deputada depositou cerca de R\$ 40 mil em sua conta.

DATA DA NOTÍCIA: 17/08/2023

Título: Wassef tem celular apreendido pela PF, Bolsonaro tenta culpar Cid; investigações sobre jóias avançam

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/17/wassef-tem-celular-apreendido-pela-pf-bolsonaro-tenta-culpar-cid-investigacoes-sobre-joias-avancam>

O advogado de Jair Bolsonaro (PL), Frederick Wassef, que admitiu que recomprou o relógio saudita Rolex, foi alvo de uma operação de busca e apreensão da Polícia Federal (PF), na noite desta quarta-feira (16). Ele foi abordado em uma churrascaria dentro de um shopping, na Zona Sul de São Paulo, e teve o celular apreendido e o carro revistado.

A PF estava em busca de Wassef desde a última sexta-feira (11), quando a PF deflagrou a operação – batizada de Lucas 12:2, em referência ao versículo da Bíblia que diz "não há nada escondido que não venha a ser descoberto, ou oculto que não venha a ser conhecido" – sobre a venda ilegal de presentes recebidos pela gestão de Bolsonaro por delegações de outros países.

No total, quatro agentes do Departamento de Inteligência da Polícia Federal estiveram em busca de Wassef desde o início da tarde de quarta-feira (16), na cidade de São Paulo. Eles percorreram restaurantes localizados na região sul da capital, na tentativa de localizar o advogado.

Wassef recomprou por US\$ 50 mil (o que corresponde a aproximadamente a R\$250 mil considerando a taxa de câmbio atual) um relógio vendido por Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, em uma loja na Pensilvânia. O relógio em ouro branco cravejado em diamantes e com mostrador em madrepérola branca, também cravejado em diamantes, foi um presente da Arábia Saudita à Presidência da República, em 30 de outubro de 2019.

Dois anos depois, em 13 de junho de 2022, Mauro Cid levou o relógio até os Estados Unidos para vendê-lo. A investigação da PF mostrou que o ex-ajudante de ordens esteve em uma loja de relógios por meio de uma investigação no aplicativo Waze e pela conexão com o wi-fi do estabelecimento.

"Os elementos de prova colhidos apontam que Mauro Cid, após se desligar da comitiva presidencial no dia 13 de junho de 2022, viajou de Miami até a cidade de Willow Grove, no estado da Pensilvânia/EUA. Na cidade se dirigiu até a sede da loja Precision Watches e efetivou a venda do relógio Rolex Day-Date, que integrava o denominado 'kit Ouro Branco', presenteado pela Arábia Saudita.

Wassef recomprou por US\$ 50 mil (o que corresponde a aproximadamente a R\$250 mil considerando a taxa de câmbio atual) um relógio vendido por Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, em uma loja na Pensilvânia. O relógio em ouro branco cravejado em diamantes e com mostrador em madrepérola branca, também cravejado em diamantes, foi um presente da Arábia Saudita à Presidência da República, em 30 de outubro de 2019.

Dois anos depois, em 13 de junho de 2022, Mauro Cid levou o relógio até os Estados Unidos para vendê-lo. A investigação da PF mostrou que o ex-ajudante de ordens esteve em uma loja de relógios por meio de uma investigação no aplicativo Waze e pela conexão com o wi-fi do estabelecimento.

"Os elementos de prova colhidos apontam que Mauro Cid, após se desligar da comitiva presidencial no dia 13 de junho de 2022, viajou de Miami até a cidade de Willow Grove, no estado da Pensilvânia/EUA. Na cidade se dirigiu até a sede da loja Precision Watches e efetivou a venda do relógio Rolex Day-Date, que integrava o denominado 'kit Ouro Branco', presenteado pela Arábia Saudita.

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que alertou o ex-ajudante de ordens Mauro Cid para que as jóias recebidas da Arábia Saudita e as armas presenteadas pelos Emirados Árabes Unidos fossem devolvidas antes da determinação do TCU.

O advogado de Bolsonaro, Fábio Wajngarten, disse que sugeriu “antecipar” e entregar ao tribunal. “Qualquer outra interpretação está eivada de má vontade ou de uma frustrada tentativa de envolver meu nome em ações que desconhecia”, afirmou Wajngarten à CNN Brasil.

A defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) afirmou que alertou o ex-ajudante de ordens Mauro Cid para que as jóias recebidas da Arábia Saudita e as armas presenteadas pelos Emirados Árabes Unidos fossem devolvidas antes da determinação do TCU.

O advogado de Bolsonaro, Fábio Wajngarten, disse que sugeriu “antecipar” e entregar ao tribunal. “Qualquer outra interpretação está eivada de má vontade ou de uma frustrada tentativa de envolver meu nome em ações que desconhecia”, afirmou Wajngarten à CNN Brasil.

A Polícia Federal encontrou uma movimentação milionária nas contas bancárias do Mauro Cid. Entre 2020 e 2022, foram movimentados cerca de R\$ 8,4 milhões, sem contar transferências entre contas de mesma titularidade, segundo apuração do Estadão.

Os valores, no entanto, são incompatíveis com a renda do tenente-coronel. Ele recebe R\$ 318 mil reais por ano, conforme informou à Receita Federal. Isso significa que as cifras depositadas em sua conta são cinco vezes maiores do que a sua remuneração.

Os documentos com as informações, que foram entregues à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 de Janeiro, também mostram que Cid ainda movimentou outros R\$ 2,3 milhões como procurador das contas do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Mauro Cid, enquanto procurador de Bolsonaro, movimentou um total de R\$ 1,1 milhão em suas contas ao longo de três anos. Além disso, existem registros de dívidas no montante de R\$ 1,2 milhão. Segundo o jornal Estadão, Cid usou aproximadamente R\$ 200 mil somente em seu cartão de crédito internacional. A análise detalhada das informações sigilosas também demonstrou que, no período entre maio e agosto de 2022, que precedeu as eleições presidenciais, Cid recebeu um total de R\$ 1,2 milhão em suas contas.

DATA DA NOTÍCIA: 20/08/2023

Título: “Outsider” de esquerda, Bernardo Arévalo será o novo presidente da Guatemala

Fonte pesquisada: <https://www.cnnbrasil.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/bernardo-arevalo-vence-a-eleicao-e-sera-o-novo-presidente-da-guatemala/>

O candidato Bernardo Arévalo venceu a eleição presidencial na Guatemala, cujo segundo turno foi realizado neste domingo (20). Com 99,03% das urnas apuradas, Arévalo obteve 58,29% dos votos, enquanto Sandra Torres alcançou 36,96%.

Deputado e sociólogo, Arévalo tem 64 anos e é considerado como um “outsider” na política local. Apesar de ser parlamentar desde 2020 no país, o agora presidente eleito não tem carreira tradicional na política, ao contrário de sua opositora, Sandra Torres (UNE).

Ele se destacou como diplomata, tendo sido embaixador da Guatemala na Espanha (1995-1996) e vice-ministro das Relações Exteriores (1994-1995). Além disso, é escritor, autor de dezenas de livros e artigos sobre história, política, sociologia e diplomacia.

Filho do ex-presidente guatemalteco Juan José Arévalo, o candidato nasceu no Uruguai durante o exílio de seu pai. “Quero ser lembrado como quem respeitou o legado de seu pai”, declarou em comício na última sexta-feira (18).

O governo de seu pai (1945-1951) foi responsável por uma nova Constituição na Guatemala e várias reformas políticas e sociais que favoreceram os trabalhadores, retirando poderes de grandes latifundiários e militares.

A vitória de Arévalo nas urnas confirmou a tendência apontada pelas pesquisas eleitorais. Em um levantamento da Sondagem Livre, publicado pelo jornal “Prensa Libre” na última quarta-feira (16), o sociólogo aparecia com 64,9% das intenções de votos válidos, contra 35,1% de Torres.

DATA DA NOTÍCIA: 22/08/2023

Título: Câmara aprova arcabouço fiscal e deixa de fora regra defendida pelo governo

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/22/camara-aprova-texto-base-do-arcabouco-fiscal-e-deixa-de-fora-regra-defendida-pelo-governo.ghtml>

A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (22) o arcabouço fiscal. A proposta retornou para análise dos deputados depois de mudanças feitas pelos senadores, em votação que ocorreu há mais de dois meses. Agora, vai para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A votação na Câmara foi dividida em duas etapas. Na primeira, os deputados acolheram parte das mudanças feitas pelo Senado por 379 votos a favor e 64 contra. Essas alterações feitas pelos senadores e mantidas pelos deputados isentam das regras do arcabouço: O FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e o Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Depois, a Câmara derrubou um item incluído durante a tramitação no Senado e defendido pelo governo. Dessa vez o placar foi 423 a 19 pela rejeição.

Esse artigo retirado permitia ao governo enviar, na proposta de Orçamento de 2024, o valor das despesas considerando a projeção da inflação até o fim do ano.

Na prática, isso abriria um espaço fiscal de até R\$ 40 bilhões para o Executivo gastar no próximo ano. Essas despesas, contudo, estariam condicionadas, ou seja, precisariam ser aprovadas pelo Congresso.

Segundo o relator, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), a mudança não era necessária e não devia ser tratada no regime fiscal, uma vez que a brecha pode ser incluída na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - o que, inclusive, já foi proposto pelo Executivo. Ou seja, ainda que o dispositivo tenha sido tirado, o governo poderá prever essas despesas condicionadas no Orçamento.

No Senado, contudo, governistas defendiam que o artigo daria maior planejamento à equipe econômica.

DATA DA NOTÍCIA: 31/08/2023

Título: Bolsonaro e Michelle se calam em depoimento sobre jóias

Fonte pesquisada: <https://www.dw.com/pt-br/not%C3%ADcias/s-7111>

Link da notícia:

<https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-e-michelle-ficam-em-sil%C3%A2ncio-em-depoimento-sobre-joias/a-66689072>

O ex-presidente Jair Bolsonaro e sua esposa Michelle optaram pelo silêncio no depoimento à Polícia Federal (PF) nesta quinta-feira (31/08). A defesa do casal afirmou que eles prestarão depoimento somente quando o caso passar do Supremo Tribunal Federal (STF) para a primeira instância, uma vez que ambos não reconhecem que o STF seja a instância adequada para a investigação.

Jair, Michelle e outras seis pessoas são alvos de um inquérito que investiga um esquema de venda ilegal de joias recebidas em viagens oficiais ao exterior. A PF planejava ouvir todos os investigados ao mesmo tempo para evitar que os depoentes fossem informados antecipadamente sobre as perguntas e pudessem combinar as respostas.

Entre os depoentes no caso das joias estão o ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, o tenente-coronel Mauro Cid, e seu pai, o general Mauro César Lourena Cid. Ambos concordaram em responder as perguntas dos investigadores.

Também prestaram depoimento Frederick Wassef, ex-advogado de Bolsonaro, e Osmar Crivelatti, ex-assessor do presidente. Outros que optaram por ficar em silêncio foram o ex-secretário de Comunicação de Bolsonaro Fábio Wajngarten e o militar Marcelo Câmara, ex-assessor presidencial - ambos também se recusam a reconhecer a competência do STF no caso.

Os advogados do casal Bolsonaro afirmam que a decisão de permanecer em silêncio se deu pelo fato de a Procuradoria-Geral da República (PGR) ser a "destinatária final dos elementos de prova da fase inquisitorial para formação do juízo de convicção quanto a elementos suficientes ou não para lastrear eventual ação penal".

A defesa afirma que o casal Bolsonaro não reconhece a competência do STF e do ministro Alexandre de Moraes para julgar o caso. "Os peticionários optam, a partir deste momento, por não prestar depoimento ou fornecer declarações adicionais até que estejam diante de um juiz natural competente", afirma um documento apresentado pela defesa.

Os advogados também alegam que o ex-presidente já prestou depoimento em abril, em outro inquérito policial, que tramita na 6ª Vara Criminal Federal de Guarulhos. Segundo eles, na ocasião, Bolsonaro forneceu "todas as informações que lhe foram solicitadas a respeito dos fatos objeto desta investigação, não se furtando a responder a qualquer indagação".

A investigação foi deflagrada com a Operação Lucas 12:2 da PF, que apurou a suposta atuação de uma organização criminosa que desviava e vendia presentes de luxo dados ao governo federal por autoridades estrangeiras.

A PF suspeita que os valores recebidos nas vendas de jóias iam diretamente para o bolso do ex-presidente, muitas vezes em dinheiro vivo, para que não houvesse registros de transações bancárias em seu nome.

No âmbito da investigação, que realizou buscas e apreensões em endereços de aliados de Bolsonaro, a PF também pediu a quebra dos sigilos bancário e fiscal do ex-presidente e de sua esposa. A operação foi autorizada pelo ministro Alexandre de Moraes, que mais tarde também deu luz verde para a quebra do sigilo de Jair e Michelle Bolsonaro.

A Operação Lucas 12:2 investiga se militares ligados ao ex-presidente fizeram negociações de joias e itens de luxo de maneira ilegal, cujo valor pode ter superado R\$ 1 milhão. Os objetos foram dados a Bolsonaro como presentes durante o período em que ele esteve na Presidência da República.

Segundo a PF, os fatos investigados configuram crimes de peculato e lavagem de dinheiro. A operação foi batizada de Lucas 12:2 em alusão ao versículo 12:2 da Bíblia, que diz: "Não há nada escondido que não venha a ser descoberto, ou oculto que não venha a ser conhecido".

A Lucas 12:2 foi autorizada por Moraes em desdobramento do inquérito sobre as chamadas milícias digitais, que investiga a atuação de uma possível organização criminosa na internet que atuaria com o objetivo de atacar o Estado Democrático de Direito e desestabilizar as instituições democráticas. No âmbito dessa apuração, aberta após o encerramento do inquérito das fake news, o entorno de Bolsonaro passou a ser investigado.

O documento da Corte que autoriza a Operação Lucas 12:2 cita especificamente o caso das jóias vindas da Arábia Saudita em outubro de 2021 e que teriam sido incorporadas ilegalmente ao patrimônio do ex-presidente, em um caso que veio a público em março deste ano.

As peças sauditas foram presentes para Bolsonaro e Michelle, e entraram no país em comitiva do Ministério de Minas e Energia que esteve no Oriente Médio em eventos oficiais.

DATA DA NOTÍCIA: 31/08/2023

Título: Ex-ministro do GSI Gonçalves Dias presta depoimento nesta quinta à CPI dos Atos Golpistas

Fonte pesquisada: <https://g1.globo.com/>

Link da notícia:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/08/31/ex-ministro-do-gsi-goncalves-dias-pr-esta-depoimento-nesta-quinta-a-cpi-dos-atos-golpistas.ghtml>

A CPI dos Atos Golpistas ouviu nesta quinta-feira (31) o depoimento do general Gonçalves Dias, ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Dias deixou o GSI após aparecer em vídeos conversando com invasores do Palácio do Planalto. O general foi convocado pela CPI em 20 de junho.

Nas justificativas para a convocação de Dias, os parlamentares classificam o ex-ministro como "peça chave" para explicar a atuação do órgão durante os ataques ao Palácio do Planalto.

"É de suma importância que o General Gonçalves Dias, preste a esta Comissão Mista e Inquérito todas as informações relacionadas à sua atuação no dia 8 de janeiro de 2023 para que possamos chegar o mais próximo possível da verdade dos fatos que envolveram as depredações de instalações, da cronologia da circulação de informações anteriores ao desencadeamento dos atos, bem como as suas causas primárias e o desenvolvimento da apuração destes delitos", justificou o senador Magno Malta (PL-ES).

Ao todo, foram apresentados 21 requerimentos para convocação de Dias. Os pedidos são tanto de parlamentares da oposição como da base do governo, como a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ) e Duarte (PSB-MA). Na primeira vez em que foram votados, 13 foram rejeitados. Na sessão seguinte, sete foram aprovados e um não foi apreciado.

A oposição afirma que houve omissão na segurança do Palácio do Planalto, um dos prédios invadidos e depredados pelos vândalos bolsonaristas radicais. A base aliada do governo diz que esse discurso busca tirar o foco das investigações sobre, por exemplo, quem incentivou, organizou e financiou os atos golpistas.

Além dos pedidos para ouvir Dias, a comissão também aprovou um requerimento da relatora para quebrar o sigilo telefônico e telemático do general. Os dados ainda não chegaram à CPI.

DATA DA NOTÍCIA: 31/08/2023

Título: Governo chileno vai assumir busca por 1.162 vítimas desaparecidas da ditadura

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/31/governo-chileno-vai-assumir-busca-por-1-162-vitimas-desaparecidas-da-ditadura>

Pouco após um homem roubado na maternidade ter encontrado a mãe biológica pela primeira vez, aos 42 anos, e a Justiça condenar sete militares aposentados pelo sequestro e assassinato do cantor Victor Jara, em 1973, o governo chileno anunciou que vai assumir a busca pelos 1.162 presos durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) que seguem desaparecidos até hoje.

Durante o anúncio, o ministro da Justiça, Luis Cordero, disse que o Estado chileno mostrou "alto grau de indolência" e não fez tudo que deveria para descobrir onde estão as vítimas.

“Há pessoas que têm informação sobre o que ocorreu e não divulgam”, afirmou o ministro. “Está na hora de darem esse passo e contribuírem para sanar as feridas que seguem abertas”.

No dia 11 de setembro, o golpe militar que derrubou o presidente Salvador Allende e instalou a ditadura completa 50 anos. Desde então, a busca pelos desaparecidos ficou basicamente a cargo das famílias e foram encontrados os restos mortais de apenas 307 pessoas, de um total de 1.469 vítimas de desaparecimento forçada.

“Este número deve doer e fazer nosso sangue queimar, porque dá conta da magnitude da dívida que temos, como Estado e como sociedade”, disse o presidente Gabriel Boric ao lançar na última quarta-feira (30) o Plano Nacional de Busca da Verdade e da Justiça. “A Justiça demorou muito”, disse, emocionado.

Com financiamento estatal, o objetivo é reconstituir a trajetória das vítimas após a sua prisão, garantir acesso à informação dos familiares, que participarão da elaboração do plano, e implementar medidas de reparação.

“Nenhum outro governo teve essa vontade política, que era necessária para que este calvário não seja apenas dos familiares, mas de toda a sociedade e do Estado”, afirmou Gaby Rivera, presidente do Grupo de Familiares de Presos Desaparecidos.

A maioria dos desaparecidos eram operários e camponeses, com idade média de 29 anos. O principal obstáculo para encontrá-los tem sido a pouca colaboração das Forças Armadas. No fim dos anos 1990, militares forneceram dados de cerca de 200 presos cujos corpos, supostamente, haviam sido jogados no mar — prática comum na época. Mas os restos mortais de algumas dessas vítimas foram encontrados em valas comuns.

Em 1990, com o retorno da democracia, foi criada a Comissão Nacional da Verdade e Reconciliação, que apontou haver mais de 3.200 vítimas, incluindo mortos e desaparecidos, deixadas pela ditadura. Em 2003, foi aberta outra comissão oficial sobre prisão política e tortura, que reconheceu cerca de 38 mil torturados.

Há 42 anos, funcionários de um hospital tomaram o filho de María Angélica González de seus braços logo após o nascimento e depois disseram que havia morrido e já haviam se desfeito do corpo. O menino foi adotado por uma família estadunidense e batizado de Jimmy Lippert Thyden.

“Os trâmites da minha adoção dizem que não tenho familiares vivos. Mas nos últimos meses descobri que tenho mãe, quatro irmãos e uma irmã”, diz ele, que é advogado e define seu caso como uma “adoção falsificada”. Recentemente, ele viajou para a cidade chilena de Valdivia, onde finalmente conheceu a mãe e o restante da família.

O encontro contou com a colaboração da organização Nos Buscamos, que coordenou mais de 450 encontros entre adotados e suas famílias biológicas. O trabalho de busca é feito em associação com a plataforma de genealogia MyHeritage, que proporciona kits gratuitos de amostras caseiras de DNA.

DATA DA NOTÍCIA: 31/08/2023

Título: Após retomada de relações, comércio entre Colômbia e Venezuela cresce 19%

Fonte pesquisada: <https://www.brasildefato.com.br/>

Link da notícia:

<https://www.brasildefato.com.br/2023/08/31/apos-retomada-de-relacoes-comercio-en-tre-colombia-e-venezuela-cresce-19>

O comércio bilateral entre Colômbia e Venezuela cresceu 19% após a retomada de relações diplomáticas entre os países. Os dados foram divulgados pela Câmara de Integração Econômica Venezuelana Colombiana (Cavecol) nesta segunda-feira (28).

Segundo a entidade, o aumento ocorreu durante o primeiro semestre (janeiro a junho) de 2023 em comparação com o mesmo período do ano passado. As cifras correspondem ao momento de reabertura de fronteiras iniciado pelo presidente colombiano Gustavo Petro, que tomou posse em agosto de 2022.

O comércio bilateral entre Colômbia e Venezuela cresceu 19% após a retomada de relações diplomáticas entre os países. Os dados foram divulgados pela Câmara de Integração Econômica Venezuelana Colombiana (Cavecol) nesta segunda-feira (28).

Segundo a entidade, o aumento ocorreu durante o primeiro semestre (janeiro a junho) de 2023 em comparação com o mesmo período do ano passado. As cifras correspondem ao momento de reabertura de fronteiras iniciado pelo presidente colombiano Gustavo Petro, que tomou posse em agosto de 2022.

Nos seis primeiros meses do ano anterior, quando a Colômbia ainda era governada pelo direitista Iván Duque, o intercâmbio comercial - que leva em conta exportações e importações - entre ambos países foi de US\$ 324 milhões.

No entanto, em agosto, logo após a posse de Petro, Bogotá retomou relações diplomáticas com a Venezuela e em setembro os países reabriram suas fronteiras que estavam fechadas desde 2015. O movimento se refletiu na balança comercial, que chegou a US\$ 387,5 milhões entre janeiro e junho de 2023.

Ainda segundo a Cavecol, as exportações venezuelanas para a Colômbia foram o indicador que mais cresceu, já que passaram de US\$ 39,5 milhões para US\$ 81,3 milhões no mesmo período, representando um aumento de 106%.

No entanto, a balança comercial continua sendo mais favorável à Colômbia, uma constante histórica pelas características importadoras da Venezuela. No primeiro semestre de 2022, o país importou US\$ 284 milhões do vizinho, enquanto que no mesmo período de 2023, as importações alcançaram o total de US\$ 306 milhões, um aumento de 7,7%.

O aumento das exportações venezuelanas para a Colômbia foi puxado pela categoria de fertilizantes, que representou mais de 60% do total das cargas, totalizando mais de US\$ 36 milhões. O setor é considerado estratégico para ambos os países já que a estatal venezuelana Pequiven conseguiu, por decisão do governo Petro, retomar a petroquímica Monómeros que fica localizada em território colombiano e estava desde 2019 controlada pelo chamado "governo interino" de Juan Guaidó.

A retomada de relações entre Colômbia e Venezuela encerrou um ciclo de tensões entre os dois países que foi protagonizada pelo ex-presidente Iván Duque. O direitista foi um dos principais articuladores da estratégia de "pressão máxima" elaborada pelo ex-presidente Donald Trump para retirar Nicolás Maduro do poder.

Durante o governo Duque, a Colômbia serviu de base para tentativas de invasão à Venezuela e país de refúgio para opositores ligados a Guaidó que estão foragidos da Justiça.

O fim da participação colombiana na estratégia de pressão contra Caracas representou não só a possibilidade do aumento do comércio binacional, mas também a existência de um aliado de Maduro contra as sanções impostas por Washington.

Em abril deste ano, Petro organizou em Bogotá uma cúpula com 20 delegações de outros países, incluindo os EUA, para discutir o fim do bloqueio estadunidense contra a Venezuela. O encontro, no entanto, não rendeu os resultados esperados e os participantes não voltaram a se reunir desde então.

Problemas internos enfrentados pelo governo do presidente colombiano diminuíram a capacidade de mobilização da política externa de Petro para tratar da questão venezuelana. Além disso, a renúncia do ex-embaixador da Colômbia na Venezuela Armando Benedetti travou a mediação de Bogotá nas conversas com Washington. No dia 16 de agosto, o diplomata Milton Rengifo apresentou suas credenciais diplomáticas ao presidente Nicolás Maduro e assumiu como novo embaixador colombiano no país.